

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 02 de janeiro de 2020 às 08h15*  
*Seleção de Notícias*

## Folha de S.Paulo | BR

Marco regulatório | INPI

<b>Painel S.A.</b> .....	<b>3</b>
<small>PAINEL S.A.</small>	

## Folha.com | BR

Marco regulatório | INPI

<b>Funcionários do INPI articulam resistência contra possível extinção - .....</b>	<b>5</b>
--	----------

## UOL Notícias | BR

30 de dezembro de 2019 | Pirataria

<b>Fiscalização: o calcanhar de Aquiles das leis de proteção de dados .....</b>	<b>6</b>
<small>CRISTINA DE LUCA</small>	

## Revista PC World Online | BR

30 de dezembro de 2019 | Patentes

<b>Apple é processada por cardiologista que alega ser dono de patente do Watch   PCWorld .....</b>	<b>9</b>
--	----------

## Painel S.A.

PAINEL S.A.

PAINEL S. A.

Joana Cunha

### Corrida

A avenida Paulista lotou nesta segunda-feira (30), um dia antes da Corrida Internacional de São Silvestre, com turistas estrangeiros e brasileiros de todo o país. Mas o movimento não animou os novos empreendedores, trabalhadores sem carteira assinada que tentam a vida por conta própria, dividindo espaço nas calçadas. Artesãos recém-chegados e vendedores de produtos como brigadeiro e cocada se queixavam das vendas baixas, apesar da multidão.

**Meia dúzia** Os artesãos Letícia Rodrigues e João Lopes, que fabricam miniaturas de capacetes de motoqueiros, tinham vendido apenas seis peças na tarde desta segunda. Ele diz que as vendas se aqueceram antes do Natal, mas depois desaceleraram.

**Sola de sapato** Segundo o sapateiro Vagner Martins, que faz reparos na hora, o faturamento equivale a dois terços dos dias normais, quando os trabalhadores dos escritórios o procuram para trocar solas e saltos. Nesta segunda, ele atendia a corredora Angelia Moraes, do Mato Grosso, que foi à avenida conhecer o percurso da São Silvestre, mas a sapatilha rasgou.

**Refresco** Segundo Edson Dantas, da banca Gazeta, as vendas caíram 60% por causa das férias das escolas e faculdades próximas ao seu ponto de venda. Só as bebidas e outros produtos da geladeira têm saído para os turistas nos dias quentes.

**Resistência** Funcionários do **INPI**, órgão responsável pela **concessão** de patentes, vão tentar apoio de parlamentares para derrubar a ideia do governo de extinguir - via medida provisória - a instituição e transferir suas funções para a ABDI (agência de desenvolvimento industrial).

**Teia** Para Saulo Carvalho, presidente da Afindi (associação dos servidores do órgão), se a análise dos pedidos de patentes passar a ser feita por instituição privada, pode haver conflito de interesse na análise de projetos apresentados pela indústria - a ABDI é financiada pelo Sistema S.

**Calma lá** O ministério diz que os estudos para unir os dois órgãos estão em fase de análise estritamente técnica, em linha com outras medidas que buscam eficiência e redução de gastos. Ainda não há uma decisão consolidada, afirma.

**Migração** Acionistas do GPA aprovaram nesta segunda (30) a mudança da empresa na Bolsa para o segmento Novo Mercado, que exige maior nível de governança corporativa. Também reelegeram os atuais membros do conselho.

**Poder** A multa de R\$6,6 milhões ao Facebook, anunciada nesta segunda (30) pela Senacon, ligada ao Ministério da Justiça, foi bem recebida em grupos de advogados que atuam com privacidade. Mas a leitura é que se trata de uma ocupação de espaço de poder pela pasta de Sérgio Moro enquanto o governo adia a autoridade de proteção de dados.

**Poder 2** A autoridade é considerada chave para regulamentar vários pontos da lei de proteção de dados, que entra em vigor em agosto. Ela também fiscaliza as práticas do Poder Público, hoje descoberto.

**RECORDAR É VIVER** A multa é a primeira sanção pesada de privacidade desde o caso Oi Velox, de 2014, quando a operadora teve que pagar R\$ 3,5 milhões. Na época, um programa instalado no navegador de clientes da banda larga da Oi mapeava o tráfego de dados na internet, criava perfis dos consumidores e os vendia a empresas para a oferta de publicidade personalizada.

**CÂMERA NA MÃO** O Procon-SP planeja lançar

Continuação: Painel S.A.

uma nova ferramenta de reclamação no primeiro trimestre de 2020. O aplicativo terá um canal para enviar vídeos. Segundo a instituição, o consumidor poderá gravar o momento em que se sentir lesado dentro do próprio estabelecimento e enviá-lo imediatamente para a fiscalização pelo aplicativo.

**Tempo real** Atualmente, as reclamações são abertas no Procon após as vendas. Com o lançamento do canal de vídeo, a manifestação poderá acontecer antes mesmo da compra. "O cidadão ganha o papel de fiscal do consumidor" diz Guilherme Farid, chefe de gabinete do Procon -SP.

**Próxima** safra A Funai e a Terra Indígena Xapecó assinaram termo de ajuste de conduta com o Ministério Público Federal para suspender o plantio de transgênicos em área de preservação permanente ocupada pela comunidade em Santa Catarina. Segundo o MPF, o Ibama identificou amostras de organismos geneticamente modificados em plantação de soja no local no primeiro semestre.

com Paula Soprana, Filipe Oliveira e Mariana Grazini

## Funcionários do INPI articulam resistência contra possível extinção -

Últimas notícias

**Resistência** Funcionários do **INPI**, órgão responsável pela **concessão** de patentes, vão tentar apoio de parlamentares para derrubar a ideia do governo de extinguir via medida provisória a instituição e transferir suas funções para a ABDI (agência de desenvolvimento industrial).

**Teia** Para Saulo Carvalho, presidente da Afinpi (associação dos servidores do órgão), se a análise dos pedidos de patentes passar a ser feita por instituição privada, pode haver conflito de interesse na análise de projetos apresentados pela indústria a ABDI é financiada pelo Sistema S.

**Calma lá** O ministério diz que os estudos para unir os dois órgãos estão em fase de análise estritamente técnica, em linha com outras medidas que buscam eficiência e redução de gastos. Ainda não há uma decisão consolidada, afirma.

Com **Filipe Oliveira**, **Mariana Grazini** e **Paula Soprana**

Painel S.A.

Jornalista, Joana Cunha é formada em administração de empresas pela FGV-SP. Foi repórter de Mercado e correspondente da Folha em Nova York.

## Fiscalização: o calcanhar de Aquiles das leis de proteção de dados



Aos olhos de muitos críticos, a lei de proteção de dados pessoais mais rigorosa do mundo não tem dentes muito afiados, afirma Nicholas Vinocur em reportagem publicada no site Polito.com.

Dentes até que o GDPR tem. O que falta ao Regulamento Geral de Proteção de Dados são braços para alcançar aqueles que continuam a descumpri-lo. Há hoje um sentimento de frustração crescente por falta de ações de fiscalização e de cooperação nas investigações. Mais de dezoito meses após a entrada em vigor do Regulamento Geral de Proteção de Dados, as consequências da lei de privacidade da Europa foram mínimas.

A chefe de privacidade da Irlanda, Helen Dixon, insistiu em uma entrevista que os atrasos têm a ver com a complexidade da aplicação de uma nova lei. As investigações demoram porque os casos precisam enfrentar o escrutínio de todas as 28 nações da UE, bem como em tribunais nacionais. "Vai levar o tempo que for necessário para fazê-lo adequadamente", disse ela, ecoando os pontos apresentados por alguns outros altos funcionários europeus de proteção de dados.

Outros reguladores, advogados, ativistas da privacidade e grupos de proteção ao consumidor em toda a Europa contestam a argumentação de Dixon.

Eles dizem que quanto mais a Europa demorar a impor suas regras de privacidade contra as maiores empresas com fome de dados do mundo, mais o Vale do Silício aproveitará a margem de manobra, circulará reguladores e enfraquecerá o espírito da lei. Será?

Difícil não pensar na nossa Lei Geral de Proteção de Dados ao ler informes como este, que nos chegam do velho continente. Qual é a expectativa que temos em relação à proteção de dados no país? Queremos criar uma cultura de proteção de dados ou pura e simplesmente punir as gigantes da Internet por práticas abusivas e ilegais no tratamento dos dados pessoais? Como evitar a fragmentação normativa? Como garantir a fiscalização?

São perguntas para as quais deveremos procurar respostas convincentes ao longo de 2020 e além.

Me parece que a meta a ser perseguida é a de formação orgânica de uma cultura de proteção de dados. Por isso, uma das primeiras tarefas da Agência Nacional de Proteção de Dados, ao ser criada, deverá ser regulamentar o que ainda precisa ser regulamentado para a aplicação da LGPD. A segunda, ajudar na interpretação da lei. Depois, educar. E só então começar a punir.

Isso porque, como costuma dizer o advogado Fabrício da Mota Alves, recém nomeado pelo Senado como seu representante no Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade, a Lei Geral de Proteção de Dados ainda é um assunto afeto a uma bolha. Muitas parcelas da sociedade não despertaram para a importância do tema. Hoje, proteção de dados não é um assunto que faça parte do dia a dia do brasileiro. O maior desafio da autoridade será desenvolver a cultura de proteção de dados no país, por meio de um processo educacional. "Não acho que ela deva começar punindo", comenta ele.

Continuação: Fiscalização: o calcanhar de Aquiles das leis de proteção de dados

Fabrizio tem a convicção de que a aderência à regulação de proteção de dados só ocorrerá com a fiscalização e a aplicação da lei. Mas, pontua que, no caso do Brasil, começar punindo não será saudável. Pode gerar respostas que, no extremo, podem levar à sabotagem da lei.

"Se o órgão de fiscalização pressionar demais e pressionar errado, os grupos de pressão que ficaram dormentes durante a tramitação da LGPD vão reagir. E a gente não sabe qual pode ser a forma de reação. O risco que se corre é gerar um antagonismo à LGPD, com consequências imprevisíveis", diz ele.

Na sua opinião, não é difícil gerar convencimento de aderência à lei por meio da educação da sociedade. "Várias empresas que estão passando pelo processo de implementação já estão colhendo resultados em termos de satisfação do consumidor. Várias estatísticas mostram que os consumidores estão atentos", diz ele.

De fato, pesquisa recente da Accenture Interactive revela que quase sete em cada dez (69%) consumidores deixariam de comprar de uma marca porque ela usa seus dados pessoais de forma invasiva para gerar anúncios. E a preocupação com a "espionagem publicitária" é ainda maior: embora 87% considerem importante que as marcas entendam suas preferências, 75% não se sentem confortáveis com a coleta de dados via microfone ou assistente de voz.

De todo modo, a estruturação da ANPD, encarregada também da fiscalização do cumprimento da LGPD, tem preocupado aquelas parcelas da sociedade brasileira que já despertaram para o tema. O desafio é o estabelecimento de um órgão que tenha força, que consiga trabalhar o enforcement próprio da lei e que tenha capacidade técnica e instrumental para tanto. Até porque, uma das maiores críticas às agências reguladoras existentes \_ especialmente à Anatel \_ diz respeito à sua atuação fiscalizadora. A **pirataria** segue sendo um problema, tanto para as telecomunicações quanto para a radiodifusão. Do

outro lado, o descumprimento de obrigações de qualidade de serviço continua a tornar as operadoras campeãs de reclamações nos órgãos de defesa do consumidor.

O que nos leva a outra questão muito relevante: na prática, não só a ANPD fiscalizará o cumprimento da lei. Os Procons estaduais, o Ministério Público e as associações de defesa de consumidor também terão um papel muito importante a desempenhar no processo de aplicação da lei.

Agora mesmo, o Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC) da Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON), decidiu aplicar multa de R\$ 6,6 milhões às empresas Facebook Inc. e Facebook Serviços Online do Brasil Ltda., pelo compartilhamento indevido de dados de usuários. O caso começou a ser investigado após notícia veiculada pela mídia, em 4 de abril de 2018, informando que usuários do Facebook, no país, poderiam ter sofrido com o uso indevido de dados pela consultoria de marketing político Cambridge Analytica. Sempre ela!

O mesmo dilema pela qual passa o GDPR, e passará a nossa LGPD, se aplica à Lei de Privacidade do Consumidor da Califórnia (CCPA), que entra em vigor esta semana, em 1º de janeiro.

A partir da quarta-feira, aproximadamente um em cada dez americanos ganhará o poder de revisar suas informações pessoais coletadas por grandes empresas, incluindo desde históricos de compras e rastreamento de localização até os dados pessoais usados na criação de "perfis" para segmentação. Também poderão forçar essas empresas - incluindo bancos, varejistas e, é claro, empresas de tecnologia - a parar de vender essas informações. A lei define a venda de dados de maneira tão ampla que abrange praticamente qualquer compartilhamento de informações que traga benefícios aos negócios.

Continuação: Fiscalização: o calcanhar de Aquiles das leis de proteção de dados

O escritório da Procuradoria Geral da Califórnia não deve aplicar sanções até 1º de julho. Mas isso não significa que as empresas tenham ganhado um período de carência. A Procuradoria Geral da Califórnia já avisou que poderá penalizar as empresas de forma retroativa, por violações de privacidade que datem do início de 2020. Como ele vai fiscalizar a aplicação da Lei é algo que ainda não está claro. Seu diretor, Xavier Becera, disse publicamente que o órgão não está equipado para fazer cumprir integralmente a lei. E pressionou pela aprovação de uma emenda, não aprovada, que permitiria aos usuários processar diretamente empresas que a violassem.

Os críticos dizem que as empresas serão capazes de se safar das violações à lei porque o procurador-geral

não tem recursos para capturar todas. É Pode ser. O que, na prática, poderá levar a muitos litígios na Justiça, como já vem acontecendo na Europa.

2020 promete ser um ano decisivo para a proteção de dados, e para os reguladores, que terão apresentar trabalho!

É bom que estejamos todos abertos ao diálogo e à construção de boas práticas que balizem os limites do que será aceitável ou não.



# Apple é processada por cardiologista que alega ser dono de patente do Watch | PCWorld

Home / Notícias / Apple é processada por cardiologista que alega ser dono de patente do Watch

A tecnologia nunca foi implementada pelo médico

Da Redação - 30/12/2019 às 20h03

De acordo com uma reportagem da Bloomberg, a Apple está sendo processada por um médico que alega ser o dono da tecnologia utilizada nos Apple Watches para detectar um tipo de arritmia em seus usuários.

Joseph Wiesel, cardiologista da Universidade de Nova Iorque, é o médico que deu início a uma ação contra a Apple. Segundo ele, a capacidade que os relógios inteligentes da empresa têm de detectar fibrilação atrial - problema cardíaco responsável por 33% das internações por arritmia no mundo - viola sua **patente**, uma tecnologia registrada por ele em 2006 no Escritório Estadunidense de **Marcas e Patentes** (USPTO, na sigla em inglês).

Wiesel, que tem uma longa carreira na área da saúde, teria notificado a Apple sobre a infração no dia 20 de setembro de 2017, logo após o lançamento do Apple Watch Series 3. No episódio, a gigante fabricante teria se recusado a negociar com o médico, que decidiu tomar providências.

A patente, por sua vez, descreve o que um Apple Watch é de forma simplificada: "um aparelho para determinar a possível fibrilação atrial que inclui a detecção de ritmos de pulso irregulares a partir de

uma sucessão de intervalos de tempo". Ainda assim, Wiesel nunca desenvolveu um hardware ou um software para implementar sua tecnologia na prática.

Agora, o médico solicita à Apple que lhe pague royalties e os honorários advocatícios referentes ao processo, além de afirmar que a decisão da Apple de continuar utilizando sua patente é "voluntária, intencional e deliberada".

NEWSLETTER

Fique por dentro das novidades por email.

OK

Relacionadas

10 tecnologias incríveis que não existiam no início da década de 2010

Quando ainda não existiam os smartwatches e carros autônomos

Da Redação - 30/12/2019 às 20h03

Comprou um Apple Watch? Faça estas cinco coisas primeiro

Adicione mostradores, customize os apps e defina as configurações iniciais do relógio

Da Redação - 30/12/2019 às 20h03

## Índice remissivo de assuntos

**Marco regulatório | INPI**  
3, 5

**Patentes**  
3, 5, 9

**Pirataria**  
6

**Marcas**  
9